



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º.18/2003 **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE** **BORBA REALIZADA NO DIA 01 DE OUTUBRO DE 2003**

Ao primeiro dia do mês de Outubro do ano de dois mil e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro e Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia trinta de Setembro de 2003, que acusa um total de disponibilidades de **211.150,54 (duzentos e onze mil cento e cinquenta euros e cinquenta e quatro cêntimos)**.-----

----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA--

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinha algum assunto para apresentar neste período de antes da Ordem do Dia.-----

Usou da palavra o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, propondo ao restante executivo a elaboração de uma Moção, para aprovação nesta reunião, reivindicando o não encerramento da Delegação Distrital de Évora da IGAE – Inspeção-Geral de Actividades Económicas. O Sr. Presidente aceitando esta proposta, pediu ao Gabinete de Informação e Relações Públicas que elaborasse a Moção em causa. Depois de elaborada, foi a

mesma analisada e colocada à votação, tendo sido deliberado por unanimidade a sua aprovação, bem como o seu envio para: Delegação Distrital de Évora da IGAE; Ministério da Economia; Primeiro Ministro; Presidente da República; Câmaras Municipais e Assembleias Municipais do Distrito de Évora.-----
Ficará cópia da mesma anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

PONTO 2. ORDEM DO DIA

A Ordem do Dia foi a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação das Actas n.ºs 14/2003 e 17/2003-----

Ponto 2.2 – Requerimentos-----

Ponto 2.3 – Actividades da Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DAS ACTAS N.ºs 14/2003 E 17/2003

Previamente distribuídas por todo e executivo, as actas n.ºs.14/2003 e 17/2003, foram aprovadas da seguinte forma:-----

Acta n.º.14/2003 – Aprovada por maioria, com a abstenção do vereador Artur Pombeiro por não ter participado na reunião.-----

Acta n.º.17/2003 – Após a introdução de algumas correcções, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

PONTO 2.2 – REQUERIMENTOS

Relativamente aos requerimentos apresentados, e por proposta do vereador Artur Pombeiro, a Câmara Municipal tomou as seguintes deliberações:-----

a) Pedido de informação prévia para construção de habitação

Processo: **221/03** -----

Requerente: **Carlos Urbano dos Santos Carvalho**-----

Morada: Rua Santos de Oliveira, n.º.11 – Montijo-----

Local: Pedras Muares – Matriz – Borba-----

Objecto: Pedido de informação prévia para viabilidade de construção-----

Refere-se este requerimento a um pedido de viabilidade para construção de habitação e/ou turismo, em duas parcelas de terreno com inscrição e descrição matricial diferentes. De acordo com o que está preconizado pelo regulamento do Plano Director Municipal em plena eficácia, a parcela sob o artigo 457 secção C da freguesia da Matriz tem 48000,00 m² e abrange

duas classes de uso do solo distintas, uma pequena parte em *Área Agrícola Preferencial* e a restante em *Áreas Agro-Florestais*:-----

- **Área Agrícola Preferencial** - Artigo 44º - esta área é constituída por solos incluídos na Reserva Agrícola Nacional, ou com benfeitorias e culturas de importância local e regional, onde não ocorre sobreposição com outras condicionantes de carácter biofísico, nomeadamente da Reserva Ecológica Nacional. Nos termos do Artigo 9º do Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de Junho, a construção em solos integrados na Reserva Agrícola Nacional é de carácter excepcional e carece de parecer da Comissão da RAN.-----
- **Áreas Agro-Florestais** - Artigo 47º - Estas áreas são constituídas por solos que não possuem um elevado potencial agrícola e não estão incluídos na RAN nem na REN, possuindo um uso actual agrícola, florestal ou estando incultos, onde poderão ser instaladas pastagens, sistemas silvo-pastoris, ou mesmo floresta, de forma a fixar população ligada ao meio rural. Relativamente aos índices e condicionantes previstos no regulamento, o índice máximo de construção é 0.05, excepto para construções industriais que é de 0.01, tomando em consideração a área da parcela seria permitido construir a área máxima de pavimentos - 750 m².-----

Relativamente ao prédio sob o artigo 463 da Secção C da freguesia da Matriz com 8000,00 m², este está incluído na totalidade em *Áreas Agro-Florestais*, que com a aplicação do índice máximo de construção 0.05 permite construir 400,00 m².-----

Atendendo ao exposto foi deliberado, por unanimidade, aprovar o pedido de viabilidade.-----

b) Pedido de informação prévia para construção de pavilhão agrícola--

Processo: **353/03** -----

Requerente: **Rosária Maria Seguro Canhão**-----

Morada: Rua Combatentes do Ultramar, n.º. 23 – Borba-----

Local: Horta do Viçoso – Matriz – Borba-----

Objecto: Pedido de informação prévia para construção de pavilhão agrícola-----

A requerente pretende saber a possibilidade de construir um casão destinado à agricultura num prédio rústico sob o artigo 218, que após uma desanexação tem actualmente 57.750,00 m², conforme consta da descrição de teor predial.-----

À luz do Plano Director Municipal e de acordo com o respectivo regulamento, o terreno em causa localiza-se em três classes de uso do solo distintas:-----

- **Área Agrícola Condicionada** - Artigo 45º - Estas áreas são constituídas por solos incluídos na Reserva Agrícola Nacional e por outros solos com importância local, onde ocorrem condicionantes biofísicas, nomeadamente da Reserva Ecológica Nacional ou de protecção natural.-----
 Nos termos do Artigo 9º do Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de Junho, a construção em solos integrados na Reserva Agrícola Nacional é de carácter excepcional e carece de parecer da Comissão da RAN. Em relação à Reserva Ecológica Nacional, de acordo com o n.º 1 do Artigo 4º do Decreto-Lei n.º 93/90 de 19 de Março, “são proibidas as acções de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção de edifícios, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal”.-----
- **Leitos dos Cursos de Água e Zonas Ameaçadas pelas Cheias** – Artigo 54º.-----
 - Estas áreas estão delimitadas no âmbito da Reserva Ecológica Nacional.--
 - Não é permitida qualquer edificação ou construção, ou outras acções que prejudiquem o escoamento das águas.-----
 - Exceptuam-se do número anterior as pequenas construções de carácter precário de apoio à actividade agrícola, desde que aprovadas pelas entidades competentes.-----
 - É proibida a destruição da vegetação ribeirinha e a alteração do leito dos cursos de água, excepto quando integrados nos planos ou projectos aprovados pelas entidades competentes.-----
 - Não é permitido o lançamento de efluentes domésticos, agrícolas ou industriais sem o respectivo tratamento completo em instalação própria.----
 - É interdita a utilização intensiva de biocidas e fertilizantes químicos ou orgânicos.-----
 - Nas margens apenas é permitida a plantação de espécies vegetais ripícolas da flora autóctone.-----
- **Área Agrícola Preferencial** - Artigo 44º - esta área é constituída por solos incluídos na Reserva Agrícola Nacional, ou com benfeitorias e culturas de importância local e regional, onde não ocorre sobreposição com outras condicionantes de carácter biofísico, nomeadamente da Reserva Ecológica Nacional. O índice máximo de construção previsto para estas áreas é de 0.01, atendendo que a maior parte da parcela está abrangida por esta classe de uso do solo, com a aplicação do índice o requerente poderia construir a área máxima de construção permitida - 300 m², contudo de acordo com o artigo 9º do Decreto Lei n.º 196/89 de 14 de Junho, as utilizações não agrícolas dos solos integrados na RAN, carecem de parecer favorável da Comissão da Reserva Agrícola Nacional. Face à legislação em vigor, julga-se que o processo deverá

ficar pendente, uma vez que o requerente deve obter parecer favorável junto da Direcção Regional de Agricultura (Comissão da RAN), no entanto solicita-se à jurista da Câmara que esclareça se tratando-se de um pedido de informação prévia poderá o pedido obter deferimento condicionado à apresentação do respectivo parecer.-----

Foi então emitido parecer jurídico que se transcreve: Concordo com a informação supra. Só após se obter a possibilidade de “inutilizar” área RAN a Câmara Municipal poderá apreciar o pedido de obra (que é da competência da Câmara). Nada impede, porém que a Câmara Municipal dê informação prévia condicionada à ulterior aprovação da Comissão da Reserva Agrícola Nacional.-----

Tendo em conta os pareceres técnico e jurídico, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o pedido de viabilidade com a condicionante acima referida.-----

c) Programa Borba Branca Borba Limpa – 2003-----

Processo: **01/03** -----

Requerente: **Rosália de Jesus Lobinho Ganito**-----

Morada: Rua Padre Bento Pereira, 65-A – Borba-----

Local: Rua Padre Bento Pereira, 65-A – Borba -----

Comparticipação da CMB – **37,06 €** -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a participação a suportar pela Câmara Municipal de Borba.-----

Processo: **07/03** -----

Requerente: **Paulo Alexandre Pereira Massas**-----

Morada: Rua Nunes da Silva, 50 – Borba-----

Local: Rua Nunes da Silva, 50 – Borba -----

Comparticipação da CMB – **55,63 €** -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a participação a suportar pela Câmara Municipal de Borba.-----

Processo: **10/03**-----

Requerente: **João Carlos Alpalhão Lopes**-----

Morada: Rua de Nossa Senhora, 14 – Borba-----

Local: Rua de Nossa Senhora, 14 – Borba -----

Comparticipação da CMB – **65,36 €** -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a participação a suportar pela Câmara Municipal de Borba.-----

Processo: **12/03** -----

Requerente: **Maria Manuel C. G. Avó T. Mendes**-----

Morada: Rua Padre Bento Pereira, 14 – Borba-----
Local: Rua Padre Bento Pereira, 14 – Borba-----
Comparticipação da CMB – **75,00 €** -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a participação a suportar pela Câmara Municipal de Borba.-----

Processo: **13/03** -----
Requerente: **Deolinda do Carmo Martins Roma Afonso**-----

Morada: Rua dos Terreiros, nº.12 – 1º Esquerdo – Borba-----
Local: Rua Humberto Silveira Fernandes, Rua Padre Bento Pereira e Rua S. João de Deus – Borba-----
Comparticipação da CMB – **331,84 €** -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a participação a suportar pela Câmara Municipal de Borba.-----

Processo: **14/03** -----
Requerente: **Sérgio Paulo Marianito Ascensão**-----

Morada: Rua Dr. Ramos de Abreu, nº.51 – Borba-----
Local: Rua Dr. Ramos de Abreu, nº.51 – Borba-----
Comparticipação da CMB – **100,23 €** -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a participação a suportar pela Câmara Municipal de Borba.-----

Processo: **15/03** -----
Requerente: **António Manuel Queijinho de Deus**-----

Morada: Rua de S. Francisco, nº.52-A – Borba-----
Local: Rua de S. Francisco, nº.52-A – Borba-----
Comparticipação da CMB – **45,30 €** -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a participação a suportar pela Câmara Municipal de Borba.-----

Processo: **16/03** -----
Requerente: **Luisa das Dores Manuelito Baltazar**-----

Morada: Av. Bombeiros Voluntários, 40 – Borba-----
Local: Av. Bombeiros Voluntários, 40 – Borba-----
Comparticipação da CMB – **114,65 €** -----

Foi deliberado, por unanimidade, a aprovação da participação a suportar pela Câmara Municipal de Borba.-----

Processo: **17/03** -----
Requerente: **Maria de Jesus Pereira de Matos**-----

Morada: Av. 25 de Abril, nº.7 – Borba-----
Local: Av. 25 de Abril, nº.7 – Borba-----

Comparticipação da CMB – 288,24 € -----
Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a participação a suportar pela Câmara Municipal de Borba.-----

Processo: 18/03-----
Requerente: **Maria Joana da Avó Cochicho**-----
Morada: Rua Combatentes do Ultramar, 6 – Borba-----
Local: Rua Combatentes do Ultramar, 6 – Borba-----
Comparticipação da CMB – 99,60 €-----
Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a participação a suportar pela Câmara Municipal de Borba.-----

PONTO 2.3 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

O Senhor Presidente informou das reuniões em que participou entre a última reunião de Câmara e esta.-----

- ✓ Reunião com os Presidentes das Câmaras da Zona dos Mármore sobre a definição de áreas de investimento dos 4 concelhos. O Sr. Presidente informou que nesta reunião apenas participaram os Presidentes de Borba e Alandroal. O Presidente da Câmara de Estremoz teve uma entrevista e não pode estar presente (tendo apresentado proposta por escrito) e o Presidente da Câmara de Vila Viçosa nem sequer disse nada. Esta reunião foi pedida, pelo Dr. Albano Martins, para que houvesse uma discussão entre os 4 Presidentes sobre as possibilidades de investimento nas várias áreas e a todos os níveis. A discussão, no fundo, não passou de questões globais na área do Turismo, da Indústria dos Mármore, etc., e foram enviadas as possibilidades dos três concelhos. Não se enviou nada da Câmara de Vila Viçosa porque o Sr. Presidente, além de não estar presente na reunião, não disse nada.-----
- ✓ Reunião com o IPPAR sobre a questão dos imóveis em vias de classificação.-----
- ✓ Participação num Seminário sobre “Avaliação do Código das Expropriações”., que estava marcado para Almada e passou para Leiria devido à grande adesão. O Presidente informou que foram debatidas várias questões, nomeadamente o valor patrimonial e o que depois é atribuído; a falta de avaliadores; etc. A conclusão a que chegou foi de que em termos de expropriações quem é sempre prejudicado é o estado ou os organismos públicos. Informou ainda que outra questão fundamental, e que ele não conhecia, prende-se com o facto daquilo que se vai expropriar (terreno, estrada ou edifício) que embora esteja prevista em PDM, se não estiver prevista

- em PP ou em PU, normalmente são sempre processos a favor do proprietário e não do organismo que pretende expropriar.-----
- ✓ Reunião com o GAT de Évora, sobre o Plano de Pormenor da ZH1, na qual foi apresentado um documento provisório. O Presidente informou que ficou preocupado com o facto do arquitecto ter dito que ia pedir licença sem vencimento, e que o GAT, neste momento, não tem capacidade para dar resposta à elaboração do Plano em algumas áreas. Segundo ele, tem capacidade de resposta na área de electricidade, mas não tem em termos de engenharia civil e de arquitectura paisagista. Ficou de enviar nomes de pessoas que têm trabalhado e colaborado na realização destes projectos na área de engenharia civil, por causa da questão dos estudos de hidráulica para que a Câmara possa contactar e pedir propostas.-----
 - ✓ Reunião do Conselho de Administração da AMDE. Um dos principais temas desta reunião foi novamente a questão da dívida das autarquias que está a atingir valores in comportáveis e está a ser equacionada a hipótese de quem não pagar o valor corresponde a 2002 até 18 de Novembro não lhe ser permitido que depositem mais resíduos sólidos no aterro sanitário. Sobre esta questão o vereador Joaquim Serra referiu tratar-se de uma questão desonesta por parte dos autarcas, independentemente das dificuldades que cada um tem, porque se se tratasse de uma empresa privada certamente já estariam a pagar, por isso deveriam ter o mesmo comportamento para com a AMDE como têm com as empresas privadas.-----
 - ✓ Reunião sobre o “Ano Europeu das Pessoas com Deficiência”, que decorreu no Governo Civil de Évora, para fazer o balanço das actividades desenvolvidas.-----
 - ✓ Reunião em Lisboa para tentar encontrar uma solução para as obras do Palacete dos Melos e Cartório Notarial. O Presidente informou que relativamente à obra do Cartório, neste momento, já há disponibilidade por parte da empresa (Edicon) para fazer o contrato de cessão da posição contratual de empreiteiro da empreitada do Cartório Notarial. Relativamente ao Palacete dos Melos e, de acordo com o novo projecto já com parecer favorável do IPPAR, foi-lhe pedido para que num curto espaço de tempo tentem encontrar a melhor solução para fazer a orçamentação (listagem de trabalhos a mais e trabalhos a menos) para que possam entrar em obra o mais rápido possível. O Sr. Presidente informou ainda que a Edicon ficou de enviar o nome da empresa (que a vai substituir) para que a Câmara possa tomar a decisão de avançar com o processo. Informou ainda que já aconteceu, uma situação idêntica, com outra empresa a propósito dos serviços de Acção Social do Instituto Politécnico de Santarém. O Sr. Presidente disse também que, segundo a Edicon, a

empresa substituta é uma empresa com credibilidade, com capacidade financeira, e, ele por sua vez pediu-lhe que lhe envie o curriculum da mesma.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra manifestando a sua discordância relativamente a este assunto, pois a Câmara deve ter a liberdade de escolher a empresa. Considera que, com este processo, a Câmara fica mais limitada do que se rescindisse o contrato e procurasse livremente outra empresa. Recomenda que a Câmara fique atenta, porque a proposta da empresa Edicon é um negócio entre a própria Edicon e a empresa que apresenta para continuar a obra e é bom que se veja se há fundamento legal para esta situação porque, a ideia que tem é que em termos privados há suporte legal, mas em termos públicos não tem a certeza.-----

O Senhor Presidente informou, que a Câmara de Estremoz já passou por um caso idêntico. Contudo, já pediu parecer jurídico, e depois de o analisar, se não houver suporte legal, poderá o processo passar para a rescisão do contrato.-----

O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas aos seus pelouros:-----

- ✓ Limpeza do espaço destinado ao campo de feira, estando prevista a realização da Feira dos Santos/03, se o tempo permitir.-----
- ✓ Continuação dos trabalhos no Loteamento do Forno - Orada.-----
- ✓ Continuação dos trabalhos na Rua de S. Francisco. Está já em condições de levar a última camada de tout-venant e depois o asfalto.-----
- ✓ Início dos trabalhos no loteamento da Horta do Rossio (Borprojecto).-----
- ✓ Recuperação das Casas do Pisão – dada a urgência da obra começaram-se a destelhar as casas recentemente adquiridas.-----

O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- ✓ Continuação dos trabalhos de preparação para a Festa da Vinha e do Vinho.-----
- ✓ Reunião com a RTE, ATEVA e CVRA para organização da Festa da Vinha e do Vinho, na qual foi apresentado um programa provisório e que o vereador Humberto distribuiu por todos os eleitos. Referiu que poderá vir a sofrer pequenas alterações mas que não vão fugir muito ao que este documento já contempla.-----
- ✓ Reunião com o coordenador do CAE – Centro da Área Educativa, Dr^a Fernanda, sobre os Acordos de Colaboração do Ensino Pré-Escolar,

uma vez que há necessidade de uma auxiliar de acção educativa para a Pré-Primária de Borba. Também com o prolongamento de horários, chegou-se à conclusão que o número de alunos, cujos pais pretendem que beneficiem deste prolongamento, existem possibilidades de colocar duas “animadoras sócio-culturais”, (contudo esta figura parece que não existe nem na DREA nem na Câmara) e já seguiu um fax pedindo informação sobre quais são as figuras que a Câmara pode lançar para poder fazer o recrutamento. O prolongamento será assegurado até um mínimo de 15 miúdos e a Câmara será ressarcida dos custos. Também na Pré de Rio de Moinhos será necessário este prolongamento uma vez que tem 25 miúdos.-----

- ✓ Representação na Festa da Malha, que decorreu no Redondo no passado fim de semana.-----
- ✓ Iniciou-se o Circuito Transfronteiriço que consiste na exposição de obras, nomeadamente, pintura/escultura de artistas plásticos portugueses e espanhóis. Este Circuito conta com a adesão de alguns municípios, nomeadamente, Estremoz e alguns municípios da Comarca de Badajoz. Estão previstas 4 exposições decorrendo desde já uma no Celeiro da Cultura.-----
- ✓ O vereador informou que a Betofer iniciou alguns trabalhos no Pavilhão Gimnodesportivo, conforme havia sido reivindicado. Neste momento estão a retirar algumas filas de ladrilhos que tinham sido colocados nas paredes porque com as batidas das bolas estavam constantemente a cair e podiam aleijar os atletas. O espaço de onde são retirados os ladrilhos ou vai ficar pintado a branco ou a lista é pintada com a cor que já lá existe “bordeaux”.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo o seguinte:-----

- ✓ Na última reunião solicitou que lhe fosse facultada a troca de correspondência com o IPPA e o processo respeitante à selecção e contratação com o técnico que está a prestar acompanhamento arqueológico, mas como pode constatar não lhe vão ser distribuídos. O Sr. Presidente registou e referiu entregar-lhe na próxima reunião.-----
- ✓ Tendo em conta a reunião que o Sr. Presidente teve com o IPPAR, o vereador Joaquim Serra perguntou qual o ponto de situação da ZEP – Zona Especial de Protecção? O Sr. Presidente respondeu que o processo foi enviado atempadamente para o IPPAR. A partir de agora não sabe quais os trâmites do processo. O vereador Joaquim Serra recomendou ao Sr. Presidente que oficiasse o IPPAR

no sentido de informarem a Câmara sobre o ponto da situação da ZEP.-----

- ✓ Perguntou também qual o ponto da situação das Medidas Preventivas da ZH1 (Zona do Barreiro). O Sr. Presidente respondeu que já tinham falado sobre esta questão. O vereador Joaquim Serra referiu que embora já tivessem falado sobre o assunto, mas nunca foi apresentada uma resposta concreta, e tendo em conta que vai haver problemas de morosidade do Plano de Pormenor da ZH1, faz todo o sentido que se saiba qual o ponto da situação destas “Medidas” até porque eram válidas por um período de tempo, e poderá acontecer que esse período se esgote e que as medidas não cheguem a entrar em vigor. Entretanto o Sr. Presidente recordou-se que chegou uma informação da DGOT, mas não tem a certeza se era sobre o assunto em causa. No entanto, vai ver esta questão com a Arq^a. Ana Isabel e posteriormente informará sobre a mesma.-----
- ✓ Perguntou qual foi a receita, em Resíduos Sólidos, cobrada até 30 de Setembro/03? O Sr. Presidente informou que também já a pediu, e logo que a tenha informará o vereador Joaquim Serra. O Sr. Presidente informou ainda que pediu também à AMDE o valor exacto da deposição.-----
- ✓ Gostaria que o Sr. Presidente lhe facultasse, para consulta, as pastas referentes às duas últimas edições da Festa da Vinha e do Vinho – o que foi candidatado e os pedidos de pagamento.-----
- ✓ Referiu que a listagem que pediu, na última reunião, sobre a dívida a fornecedores em 31/08/03, foi-lhe entregue hoje. Sem prejuízo de poder colocar algumas questões em próximas reuniões, pois hoje não teve tempo de verificar toda a listagem, verificou, porém, que existe um conjunto de pagamentos que não sabe a que se referem tendo pedido esclarecimento ao restante executivo, esclarecimento esse que lhe foi dado.-----
- ✓ O vereador Joaquim Serra reportando-se a um terreno na Orada, propriedade de ASSO, que se situa próximo da casa do Povo e que está a ser alcatroado, perguntou o que se pretende fazer ali? O Sr. Presidente respondeu que aplicou-se uma camada de alcatrão, e pensa fazer-se um parque de estacionamento. Contudo, isto não impede a apresentação do projecto da ASSO.-----

Ainda sobre esta questão o vereador Vicente Ermitão chamou a atenção para que logo que estes trabalhos fiquem prontos seja colocado um sinal de

proibição a veículos pesados, para evitar que se venha ali a fixar um parque de viaturas pesadas que acabarão por estragar os lancis e tudo o que está a ser feito. O vereador Artur registou este pedido e referiu que será colocado, no local, um sinal de proibição de estacionamento de veículos pesados.-----

Outra questão colocada pelo vereador Vicente Ermitão: Perguntou ao vereador Artur Pombeiro quanto tempo é necessário para aprovar um processo de obras particulares (projecto de alteração). Disse que colocou esta questão porque já houve alguns munícipes que o contactaram queixando-se que têm processos que deram entrada na Câmara e que demoram muito tempo para serem aprovados.-----

O vereador Artur informou que antes que seja dado o despacho de aprovação a um processo tem que ser consultado pelos técnicos e dado parecer e, por vezes, estão sujeitos a parecer de outros organismos. Acontece também, muitas vezes, que muitos dos processos são apresentados com falta de elementos, que têm que ser pedidos pelos técnicos, e tudo isto causa ainda mais morosidade na aprovação de um processo. O vereador Artur referiu ainda não estranhar esta observação do vereador Ermitão pois, não é só na Orada que se queixam, também em Borba se manifestam pela demora da aprovação de alguns processos. Frisou ainda que não é uma questão que depende dele pois, logo que um processo esteja pronto, o despacho é rápido.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente, referindo que já fez uma reunião com os técnicos para debater este assunto, porque ele também já tem sido abordado sobre o mesmo e dizem-lhe que, por vezes, havia o hábito de ao vigésimo sétimo ou vigésimo oitavo dia enviarem um officio a pedirem elementos em falta nos processos e, que este hábito já vinha de antigamente. Frisou, porém, que avisou os técnicos que não quer que isto aconteça.-----

Interveio o vereador Joaquim Serra referindo que se isso é feito é contra o procedimento administrativo, porque a partir do décimo quinto dia não é permitido pedirem mais elementos e os processos têm que ser avaliados com os elementos que neles constarem, por isso, não era hábito fazer isso antigamente. Não se pediam elementos que faltassem nos processos ao vigésimo oitavo ou vigésimo sétimo dia, se assim o dizem, não corresponde à realidade e então que se mostre os processos em que isso aconteceu.-----

Usou da palavra o vereador Vicente Ermitão referindo que, embora não esteja muito dentro deste assunto, aquilo que se ouve dizer é que este executivo é acusado de demorar mais tempo na aprovação dos processos.---

Interveio o Sr. Presidente referindo que, por também ter ouvido dizer que já era hábito isso acontecer, foi ver o que se passava e reuniu com os técnicos para esclarecer e resolver esta questão.-----

Ainda neste ponto da ordem de trabalhos o Presidente, dirigindo-se aos vereadores eleitos pela CDU, referiu que se tiverem propostas para o PPI/2004, que pretendam apresentar, que as apresentem o mais rápido possível.-----

Antes de dar a reunião por encerrada, o Senhor Presidente procedeu à leitura da minuta da acta, que foi aprovada por unanimidade e ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, composta por treze páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----